

NOTÍCIAS AFRICANAS

CLIPPING SEMANAL SOBRE OS PAÍSES AFRICANOS DE LÍNGUA OFICIAL PORTUGUESA E ÁFRICA AUSTRAL 15 A 21 DE NOVEMBRO DE 1993

MOÇAMBIQUE

A 'cera' política

Está quase tudo pronto para que as eleições em Moçambique ocorram em outubro do próximo ano, embora os fatos avancem muito lentamente, segundo o calendário já preparado.

Em final de novembro, a Renamo deve começar a acantonar suas tropas e, segundo a ONU, esse fato dará sequência, em maio, à formação das Forças Armadas de Moçambique, composta por partes iguais entre os antigos beligerantes.

O processo de conclusão das Forças Armadas deverá estar concluído em agosto próximo e o período de campanha eleitoral ficará restrito entre os dias 12 de setembro e 14 de outubro.

A comissão eleitoral, responsável pela elaboração de lei eleitoral, deverá ser aprovada também este mês, apesar das ameaças do sr. Diakhama de comprometer a paz se não concordar com a legislação. A discussão na verdade gira em torno da paridade a ser estabelecida na referida comissão.

Entre abril e junho está previsto o registro dos eleitores, cujo ponto também é fato para divergência já que a Renamo não aceita a votação dos emigrantes nas embaixadas.

A demora na resolução dos pro-

blemas concretos, com a introdução constante de pequenos entraves, basicamente por parte da Renamo, mas não somente, é uma tática de se ganhar tempo e outras vantagens (*time is money*). Enfrentar uma derrota eleitoral significaria perder, pelo menos momentaneamente, as benesses do poder de governo e de oposição armada. Ao mesmo tempo, essa situação interessa a grupos econômicos, pois os permite usufruir da indefinição para uma melhor acomodação no interior do país. O jogo democrático pós-eleições, se respeitado, estará marcado pela acumulação de forças e de dinheiro no momento atual.

A cera política no processo de paz está justificada e a intervenção do juiz ONU vem sendo simplesmente para garantir a execução do calendário até outubro. Sem nenhum outro compromisso.

As forças da ONU, que tiveram seu prazo expirado em 30 de outubro, ao que tudo indica, permanecerão por muito mais tempo em solo moçambicano, ainda que a renovação esteja prevista somente até a realização das eleições.

Ricardo Torroni
(Pesquisador do CEAA)

Imprensa angolana critica governo (Pág. 4)

ONU veta mais sanções à Unita (Pág. 4)

Ninguém acredita na paz (Pág. 5)

A guerra do sal (Pág. 6)

Um apelo à paz (Pág. 7)

Jornalistas vigiados na África do Sul (Pág. 9)

Uma quinzena crucial (Pág. 9)

Um desastre anunciado (Pág. 10)

O efeito Gorby (Pág. 11)

À beira da maioria (Pág. 12)

Luanda tornou-se surreal (Pág. 13)

Os esquemas da sobrevivência (Pág. 14)

ANGOLA

A guerra dos diamantes

As minas de diamantes do nordeste angolano, perto da fronteira com o Zaire, representam uma fonte crescente de renda para a Unita usada na renovação de seu arsenal militar. Elas foram ocupadas pelos rebeldes de Savimbi pouco depois do reinício das hostilidades em novembro de 1992.

Entre essas minas está a de Luzamba, explorada pela empresa brasileira Norberto Oderbrecht, sob contrato da estatal angolana Endiama. O prejuízo da Oderbrecht foi calculado em US\$ 150 milhões, como informou na época o *InformÁfrica Confidencial*.

Grande parte dos diamantes dessa área é extraída à moda de Serra Pelada, por cerca de 50 mil garimpeiros, muitos deles estrangeiros. No Zaire, comerciantes libaneses compram os diamantes trazidos por militares da Unita acompanhados por oficiais zairenses.

O negócio é de tal monta que envolve o presidente do Zaire, general Mobutu. Ele também é apontado pela revista *New African* de novembro como o responsável pela apropriação de diamantes da estatal Société Minière de Bakwanga, num valor anual orçado em US\$ 300 milhões.

Segundo essa revista, o Zaire exportou oficialmente em 1992 apenas 13 milhões de carats (quilates), enquanto a sua produção é estimada em mais de 24 milhões. A diferença é contrabandeada por Mobutu e seus associados através da empresa libanesa Sozadis e a israelense Overseas Diamonds.

Todo esse contrabando, lançado sem controle no mercado internacional, fere os interesses da De Beers, poderoso grupo sul-africano responsável pelo controle financeiro de perto de 40% da extração e de 80% da venda mundial de diamantes brutos, conforme esclarece a revista *Jeune*

Afrique Économie.

A De Beers, que aliás tem boas relações com o governo angolano, é apontada como tendo gasto, em 1992, cerca de US\$ 800 milhões na compra dos diamantes contrabandeados para manter o controle do preço mundial dessas pedras. Também se diz que vendedores "clandestinos" de armas da África do Sul fornecem equipamento militar à Unita através do Zaire de Mobutu, em troca de diamantes. Por sua vez, o governo angolano calcula perder com o contrabando de diamantes algo em torno de US\$ 200 milhões por ano.

Segundo *L'État du Monde*, a produção mundial de diamantes industriais em 1990 foi de 107 milhões de carats (1 carat = 200 mg.). Os principais produtores são, em milhões de carats: Austrália, 17,3 (16,2% da produção mundial); Rússia, 15,0 (14,1%); África do Sul, 8,5 (8%); Angola, 1,3 (1,2%); e Namíbia, 0,8 (0,7%).

José Maria Nunes Pereira
(Pesquisador do CEAA)

ANGOLA

O governo é pressionado a negociar

Praticamente ausente nas duas últimas tentativas de negociações com a Unita, em São Tomé e Príncipe e na Zâmbia, o governo angolano dificilmente poderá negar vir à mesa das conversações numa nova tentativa a ser em breve também promovida por Alioune Beye, representante para Angola do secretário geral da ONU.

O governo de Luanda, apoiado internacionalmente pelo teor das sucessivas condenações do Conselho de Segurança da ONU à Unita, viu crescer o reconhecimento da sua legitimidade, ao mesmo tempo que as suas forças armadas se reestruturavam e conseguiam recuperar algum terreno à Unita.

Essas duas condições favoráveis — crescente apoio internacional face à intransigência da Unita e a retomada da iniciativa militar — devem ter levado Luanda a pensar que poderia negar-se às negociações com a Unita até que a situação no terreno militar estivesse mais favorável. O presidente José Eduardo dos Santos chegou mesmo a marcar umas férias no Brasil. Essa posição de Luanda teria inclusive sido respaldada pelo passado de promessas de paz descumpridas pela Unita. Contudo, a marcha dos acontecimentos não tem exatamente justificado esse comportamento.

O cessar-fogo unilateral da Unita, proclamado em 20 de outubro passado, funcionou o suficiente para que a ajuda internacional chegasse a socorrer a população da sitiada cidade do Cuíto e os americanos pressionassem o Conselho

da Segurança a postergar as novas sanções à Unita até que as conversações na Zâmbia apresentassem algum resultado. O governo angolano preferiu desconsiderar essas conversações, repisando que só negociaria se Savimbi assinasse *a priori* um documento obedecendo às clássicas cláusulas de Bicesse e de Abidjam, bem como às resoluções do Conselho de Segurança.

O representante da ONU, Alioune Beye, tem se desdobrado, a contragosto de Luanda, em esforços para romper o círculo vicioso da guerra e conseguiu um compromisso de Savimbi segundo o qual ele retiraria as suas tropas das áreas ocupadas mas só depois de decretado um cessar-fogo sem condições.

Essa foi mais uma razão para que o Conselho de Segurança, na sua reunião do início de novembro, adiasse para até meados de dezembro as esperadas sanções à Unita. Estas envolveriam provavelmente o fechamento das representações dos rebeldes no exterior e o congelamento de suas contas bancárias.

O adiamento das sanções foi considerado uma vitória para a Unita e os representantes do governo angolano — que estavam em Washington nesse momento para explicar a posição oficial de seu país — tiveram que reconhecer ser “muito difícil saber se as posições governamentais angolanas estão sendo bem recebidas em Washington”.

Com a Unita a repetir que está pronta para enviar a qualquer momento seus negociadores a qualquer capital africana, torna-se

embaraçoso para o governo angolano não participar de mais uma tentativa de negociações, a realizar-se antes da próxima reunião do Conselho de Segurança, em 20 de novembro. A novidade é que a ONU parece aceitar a alternativa favorável à Unita de primeiro o cessar-fogo e só depois a retirada das áreas ocupadas.

A retomada militar em ritmo lento

Observadores militares em Luanda reafirmam a idéia de que é propósito do governo não negociar a fundo antes de pelo menos equilibrar a situação no terreno militar. Eles apontam agora como alvos preferenciais das Forças Armadas Angolanas a retomada da área petrolífera *on shore* do Soyo e outras regiões importantes do ponto de vista econômico. Nesse propósito, as Forças Armadas já teriam reconquistado a importante zona diamantífera do Cafunfo e estariam preparando operações militares para consolidar a sua posição em Cabinda, chamada de “o Koweit africano” pela sua riqueza petrolífera, próxima em volume a toda a produção brasileira, isto é, perto de 500 mil barris diários.

No entanto, as operações militares não vêm correspondendo à expectativa criada desde os êxitos iniciais a partir de agosto passado.

Na frente interna, descrença e crítica

A população angolana

está descrente de uma possibilidade próxima de paz. Posto entre dois fogos, um terço dos angolanos, cerca de três milhões de pessoas, vive como refugiado de guerra. Segundo uma reportagem recente, a população do planalto central considera o sal como o produto mais desejado, à frente de outros alimentos básicos, do óleo ao sabão. Esse produto é por vezes distribuído aos refugiados pelas forças governamentais que se aproximam da região. Contudo, aos olhos da Unita, quem possui sal é condenado por ter negociado com o inimigo.

Em Luanda, onde a vida é relativamente segura mas extremamente cara mesmo para a classe média, a descrença na paz é generalizada. O oficioso *Jornal de Angola* e o independente *Correio da Semana* criticam o governo por haver induzido em demasia à crença no isolamento internacional da Unita e, assim, encarar com indiferença as recentes possibilidades de negociações. O deputado pelo MPLA, João Melo (jornalista com pós-graduação no Brasil), proprietário majoritário do *Correio*, chamou a atenção para a pouca credibilidade atual de Angola no exterior, inclusive na área econômica. Segundo ele, o governo não está preparado para implementar as reformas necessárias. Além disso, o MPLA, sem reais adversários no parlamento, pelo abandono voluntário dos 70 deputados que a Unita elegeu, parece voltar a comportar-se como partido único.

(JMNP/Pesquisador do CEEA)

PÚBLICO, 31.10.93



vozes em português

Carlos Lopes*

Simbologias

Logo após a independência, os guineenses sentiam-se tão orgulhosos da sua nacionalidade adquirida com sangue, suor e lágrimas que não perdiam uma oportunidade de usar os símbolos nacionais: o hino, a bandeira e as armas da República. Irritava-nos, e a alguns ainda irrita, que chamassem ao país apenas Guiné, como muitos políticos e jornalistas portugueses ainda o fazem.

Guiné há quatro no mundo e, se não se qualifica de qual se fala, dá a impressão que se está a referir "à nossa", o que, para além de presunçoso, até é inadmissível. Para nós, era importante frisar que era República e qualificar que a tal Guiné é a que também se designa por Bissau. Ou, se se quiser simplificar tudo, RGB.

Claro que houve uns atrevidos que começaram logo a gozar de que RGB significava Reino da Grã-Bretanha e outras brincadeiras do género. Mas nós mantivemo-nos firmes e toca de utilizar RGB para tudo.

O primeiro Presidente, por sinal africano, a visitar o novo país independente em 1974 era o que na altura ocupava o cargo de Presidente em exercício da Organização de Unidade Africana (OUA). Seu nome: Mohamed Siad Barre, Presidente da Somália.

À sua chegada a Bissau, foi recebido por uma multidão colorida empunhando a bandeira do movimento de libertação nacional, PAIGC, que, por sinal, é a mesma do país RGB e também foi do país Cabo Verde, com o verde da esperança, o amarelo do futuro e o vermelho do passado difícil, cravado por uma estrela negra, símbolo da revolução. As cores são as da unidade africana, por isso oportunamente propícias para acolher Siad Barre.

Na altura, os dirigentes da Guiné-Bissau juraram fidelidade ao exemplo de países como o de Siad Barre e demonstraram orgulho particular em seguir o seu exemplo. É provável que, num dos "toasts" que lhe fizeram, se te-

nham empunhado taças com o símbolo da nova República, marcado pela sigla RGB, como as taças de um "stock" perdido que eu usei na casa de um dirigente regional.

Em 1993, o país com a maior crise do continente é, sem dúvida, a Somália, graças, entre outros factores, aos maus exemplos de Siad Barre. A Somália é também o país na África com a maior dívida "per capita", o maior rácio serviço da dívida/exportações e o maior índice de mortalidade infantil, seguido estatisticamente por um pequeno país que se dá a conhecer pela sigla RGB. Não, não é gozo, é a sério.

As chapas de matrícula em Bissau também tinham a sigla RGB; mais uma prova desse amor nacionalista. O orgulho de deambular os carros com a mensagem da identidade foi, no entanto, ligeiramente alterado desde que muitos começaram a associar RGB a Resistência da Guiné-Bissau, um partido da nova oposição.

A decisão das autoridades foi sem apelo: toca de mudar todas as matrículas, que, doravante, em vez de RGB passarão a ter a bandeira nacional. Assim, não há confusões com outros países, já que as novas matrículas são coloridas e até dá mais ambiente, pois enfeita os carros com as cores da unidade africana.

Só que a maior parte percebeu o truque: a bandeira nacional e a bandeira do PAIGC, partido no poder em vésperas de eleições, são a mesma.

Quando Siad Barre decidiu mudar a bandeira da Somália para justificar mudança e aproximação ao mundo árabe, enfureceu certos clãs. Pedra sobre pedra, o enfurecimento transformou-se em furacão.

Esperemos que a Guiné-Bissau, RGB, fique apenas pela mudança de matrículas e que o PAIGC arranje uma outra bandeira. ■

* sociólogo guineense

Jota Monte é um nome que surge com frequência quando se fala de música de Cabo Verde. Maestro, antigo professor de música, compositor de talento, assinou algumas das mornas mais populares do arquipélago, como "Mindelo", "Dez grãosinhos de terra" e "Fidjo magoad", tema que se tornou famoso como indicativo do programa do PAIGC no tempo da luta armada. Agora com 80 anos, Jota Monte, ou Jorge Cornetim — de seu verdadeiro nome Jorge Monteiro —, decidiu emigrar para França. Esta decisão foi pretexto para uma homenagem de despedida, que reuniu em São Vicente um grande número de admiradores, antigos alunos e todos os músicos da ilha, com destaque para Manuel d'Novas

e Malaquias, o violinista que muitos consideram ser um outro Travadinha.

Juventude em Marcha, um dos poucos grupos profissionais de teatro a trabalhar em Cabo Verde, estreia nesta semana, em Porto Novo, ilha de Santo Antão, um trabalho inédito: "O Abraço das Dez". O grupo tem actuado junto das comunidades de imigrantes cabo-verdianas espalhadas pelo mundo; neste ano estiveram no Festival Internacional de Teatro Ibérico, Fitei, com uma peça sobre o drama da seca e da fome, "Canjara". No início do próximo ano, Juventude em Marcha deve partir outra vez, numa digressão que o levará aos Estados Unidos, Canadá, Luxemburgo, França e Itália.

Imprensa angolana critica Governo

PÚBLICO, 2 11 93

A CERTEZA de que o Conselho de Segurança, como já deixou entender Butros-Ghali, não decreta para já novas sanções contra a UNITA despoletou em Luanda uma onda de críticas sem precedentes, face à debilitada imagem internacional do Governo, senão mesmo do próprio regime político.

Ao criar falsas expectativas à volta da questão, na base de que a UNITA estaria no plano diplomático completamente iso-

lada, o Governo calculou mal o risco da visível indiferença com que encarou os encontros exploratórios que a seu próprio pedido tiveram lugar a semana passada na capital zambiana. E até mesmo o insuspeito "Correio da Semana", controlado pelo deputado do MPLA João Melo, escreveu no domingo que Luanda goza de pouca credibilidade no plano internacional. Acrescentou o mesmo semanário que, apesar de a UNITA estar virtualmente

cercada no campo diplomático, a situação do Governo não é muito mais vantajosa; e cita como exemplos as recentes críticas do Banco Mundial à gestão económico-financeira do país, bem como o facto de os EUA terem optado por nomear um enviado especial para Angola e não um embaixador residente, dois sinais evidentes de como o Executivo angolano é encarado com bastantes reservas pelas instâncias internacionais determinantes.

De igual modo, a emissora privada Luanda Antena Comercial (LAC) passou ontem depoimentos de economistas deixando implícito que no estrangeiro ninguém acredita nas reformas económicas do Governo e no actual quadro institucional, que muitos consideram uma cópia mal tirada do regime de partido único. Perante cenário tão desabonatório, o "Correio da Semana" insurgiu-se contra o que considera "a inércia e a falta de imaginação diplomática do Governo". ■

Aguar dos Santos,
em Luanda

NEGOCIAÇÕES ANGOLANAS PARA BREVE — O secretário de Estado da Cooperação, José Manuel Briosa e Gala, admitiu ontem que "pouco se pode esperar de negociações directas" entre o Governo angolano e a UNITA, sublinhando que "pelo menos estão criadas condições para isso". Briosa e Gala falava no final da sessão de abertura do primeiro encontro dos ministros das administrações públicas dos países africanos de língua oficial portuguesa e da Secretaria de Estado da Modernização Administrativa de Portugal, que decorre até sexta-feira no Palácio das Necessidades, em Lisboa. Para o secretário de Estado português, os "encontros exploratórios" de Lusaka, que eram para ser mantidos "na maior discrição", decorreram "de uma forma globalmente positiva e permitem encarar com um optimismo moderado o desenrolar do processo". Na perspectiva do Governo angolano, segundo disse entretanto o ministro do Trabalho, António Pitra Neto, que participa no encontro, tudo depende entretanto da análise de um documento escrito que a UNITA se comprometeu a enviar, contendo as respostas formais dadas em Lusaka pela delegação da organização de Jonas Savimbi.

PÚBLICO, 3 11 93

ONU veta mais sanções à UNITA

O CONSELHO de Segurança adiou a imposição de novas sanções à UNITA até meados de Dezembro e convidou as duas partes a retomarem o diálogo sobre a crise angolana. Numa declaração lida aos conselheiros, reunidos segunda-feira à noite, em Nova Iorque, o presidente daquela instância da ONU, José Luis Jesus, de Cabo Verde, declarou que não se registaram progressos suficientes na aplicação dos acordos de paz em Angola e apelou à UNITA para cumprir as exigências da ONU. O Conselho "tomou nota das medidas recentemente adoptadas por ambas as partes, incluindo a diminuição das hostilidades, e considera essencial que as duas partes dêem os passos necessários para retomar as negociações", afirmou José Jesus. A UNITA reagiu com satisfação aos resultados da reunião, através do seu delegado em Washington. "Foi realmente uma vitória para os angolanos e para a paz", disse Marcos Samondo à agência Lusa. "Esta declaração veio criar um novo ambiente que abre novas perspectivas para a paz em Angola", disse. ■

PÚBLICO, 3 11 93

CESSAR-FOGO ANGOLANO NÃO É PARA JÁ — O ministro angolano das Relações Exteriores, Venâncio de Moura, negou ontem à noite a possibilidade, que fora alvitada por um funcionário da ONU, de Luanda proclamar unilateralmente um cessar-fogo. E disse que ainda não há data nem local marcados para o recomeço do processo negocial, apesar das notícias de que isso está a ser preparado para os próximos 10 dias. "O cessar-fogo terá de ser objecto de longa discussão e negociação, pois não é uma decisão que se tome de ânimo leve", afirmou Venâncio de Moura em Luanda, confirmando o ceticismo de todos os que não acreditam na possibilidade de haver uma verdadeira paz durante as semanas mais próximas. O ministro admitiu que, se houver cessar-fogo, as Nações Unidas terão de reforçar o número dos seus efectivos em Angola, criando-se uma Unavem III, questão a discutir na próxima reunião do Conselho de Segurança, marcada para 15 de Dezembro.

PÚBLICO, 6 11 93

Governo e UNITA vão negociar

PÚBLICO, 4 11 93

O PRIMEIRO encontro directo entre o Governo de Luanda e a UNITA desde as fracassadas negociações em Abidjan, em Maio, deverá acontecer entre os próximos dias 8 e 15, tendo Lusaka sido a capital eleita, de acordo com notícias ontem veiculadas pela imprensa local.

Higino Carneiro e Faustino Muteka, os negociadores governamentais, permanecem há vários dias nos EUA, para onde, segundo a UNITA, Luanda enviou "diplomatas amadores" a fim de convencer o Departamento de Estado de que não levanta qualquer obstáculo a regressar às negociações, que quer ver acompanhadas de maiores pressões internacionais contra o movimento do galo negro.

Numa ilustração insuspeita de que a diplomacia angolana experimenta dificuldades, o próprio Higino Carneiro reconheceu ser "muito difícil dizer se as posições do Governo estão a ser bem recebidas" em Washington. Salvaguardou, no entanto, que existe "abertura e receptividade quando trocam impressões".

Apesar de o general se ter esquivado a comentar o facto de as autoridades de Luanda não estarem ainda na posse do último relatório do representante da ONU, Alioune Beye — que qualificou o encontro a três, na semana passada em Lusaka, como tendo servido para "começar a construir os alicerces de uma base segura para o processo negocial" —, admite-se, em Luanda, que o homem forte da Unavem já disponha de uma agenda que nos próximos dias submeterá aos beligerantes.

O processo negocial iniciará, deste modo, antes do dia 20, data em que se volta a reunir o Conselho

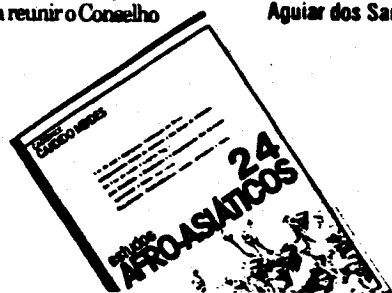
de Segurança, "numa fase dura de ruir", como afirmaram ao PÚBLICO fontes diplomáticas.

Com a UNITA a repetir que está pronta para enviar a todo o momento os seus negociadores para uma capital africana à escolha de Beye, qualquer hesitação do Governo — depois de já ter estado ausente de São Tomé, em meados de Setembro, e de, em Lusaka, na semana passada, as duas delegações não se terem sequer encontrado a sós — poderia criar-lhe embaraços no plano diplomático.

Tanto é assim que, mesmo mal disfarçando a sua indisposição para com Beye, que jogou um papel importante nas recentes discussões do Conselho de Segurança, Luanda tem evitado manter com ele atritos públicos. Diplomata experiente, o representante de Butros-Ghali antecipou-se e, na terça-feira à noite, ao regressar de Harare, deixou o recado: "O secretário-geral [da ONU] não aceita de mão beijada as informações que eu transmito ao Conselho de Segurança. O objectivo não é adiar sanções. Não se deve fazer leituras erradas da situação."

Quaisquer que sejam, porém, os contornos por que passará a crise angolana até ao fim do ano, não se acredita nos meios políticos e diplomáticos que se comece a esboçar alguma solução antes das eleições sul-africanas, marcadas para Abril de 1994. Um diplomata da CE há vários anos em Luanda disse ao PÚBLICO que "Moçambique, África do Sul e Angola formam um autêntico triângulo das Bermudas. O destino do segundo desses países influenciará indiscutivelmente o futuro próximo dos angolanos". ■

Aguar dos Santos, em Luanda



Só a ONU parece ter algum optimismo em relação a Angola

Ninguém acredita na paz

PÚBLICO, 5 11 93

Jorge Heitor*

Apenas as Nações Unidas parecem acreditar a sério na hipótese de, em meados deste mês, sentar frente a frente as duas partes do conflito angolano e de obter um compromisso histórico entre o Governo e a UNITA, pois as notícias que chegam do terreno falam de guerra e não de paz. Os luandenses estão cépticos quanto à hipótese de um Natal verdadeiramente tranquilo.

A ONU anunciou que a UNITA aceita retirar as suas forças de grande parte do território angolano conquistado durante o último ano; um funcionário daquela organização internacional disse mesmo que o Governo de José Eduardo dos Santos estaria na disposição de proclamar um cessar-fogo unilateral semelhante ao que em Setembro foi anunciado pelo partido de Savimbi. Mas a população de Luanda está céptica quanto à hipótese de paz antes de três ou quatro meses; e as autoridades mantêm a sua habitual desconfiança em relação aos homens aquartelados no Huambo.

Um funcionário das Nações Unidas, citado pela agência Reu-

ter, disse quarta-feira à noite em Nova Iorque que o representante especial da organização em Angola, o maliense Alioune Blondin Beye, espera que no dia 15 deste mês possa reunir-se na capital zambiana com delegados de Luanda e da UNITA, a fim de se concluir um acordo de cessar-fogo. E possivelmente só depois da entrada em vigor de tal acordo é que a oposição armada ao regime luandense se retiraria das principais posições ocupadas desde finais de 1992. Nunca aceitando uma retirada unilateral.

No mês passado Beye teve reuniões separadas, em Lusaka, com representantes de Savimbi e dos observadores (Portugal, Estados Unidos e Rússia), enquanto na cidade se encontravam enviados das autoridades angolanas que não participaram nos contactos. Luanda disse que não se sentava directamente à mesa com representantes do Gale Negro enquanto a UNITA não aceitasse por escrito retirar-se dos territórios ocupados durante os últimos 12 meses.

A Vorgan, emissora dos rebeldes, afirmou ontem à tarde que o desejado compromisso previsto numa resolução que o Conselho de Segurança tomou em 15 de Setembro já está em poder do secretário-geral, Butros Butros-Ghali; e que os próximos passos dependem agora da resposta do Futungo de Belas (Presidência da República) às propostas de Savimbi. Mas nenhuma das partes parece na disposição de anunciar em público qualquer compromisso a que eventualmente tenham entretanto chegado quanto à próxima reunião, mesmo que uma reunião seja possível nos próximos 15 dias.

Em vésperas de aniversário

Enquanto as coisas assim se arrastam, e perante o cepticismo geral da população, a rádio privada Luanda Antena Comercial (LAC) citava ontem uma fonte diplomática segundo a qual no dia 10 de Novembro, véspera do décimo oitavo aniversário da proclamação da independência, poderia haver uma reunião simbólica em Lusaka ou Harare.

De acordo com essa versão optimista, Governo e oposição armada talvez aproveitassem o dia de anos do país para se reconciliar oficialmente. Mas a verdade é que os meios oficiais de informação continuam a predispor contra a UNITA e até mesmo a ser pouco simpáticos em relação a Blondin Beye.

A solução óptima para Angola, nesta altura, seria de facto haver um cessar-fogo generalizado e trabalhar-se a sério na aplicação dos acordos de paz que em 1991 foram assinados em Portugal. Porém, ainda ontem uma fonte militar não-oficial dizia ao PÚBLICO, em Luanda, que os governamentais desejariam retomar o Soyo e retirar igualmente ao adversário o controlo de outras regiões importantes em termos económicos.

O Governo já teria reconquistado a zona de exploração diamantífera de Cafunfo, na província da Lunda-Norte, e estaria a preparar operações militares em Cabinda e outras partes do país, estratégia que não se conjuga muito bem com as aparentes esperanças onusinas de nas próximas semanas as duas partes respeitem um cessar-fogo.

A Vorgan afirmou ontem que nos últimos dias a aviação governamental realizou pelo menos nove ataques contra Namuangongo, Úcuá e outras zonas da província do Bengo, tendo fonte militar não-oficial dito que realmente se pretende acabar com "qualquer veleidade" de os

homens de Savimbi voltarem a ocupar a capital provincial, Caixito, a menos de 70 quilómetros de Luanda.

A embaixada de Angola em Lisboa disse-nos ontem ao fim da tarde não haver qualquer decisão governamental de um cessar-fogo e recordou-nos até que a imprensa de Luanda continuava a noticiar bombardeamentos da UNITA à cidade de Menongue, capital da província do Cuando Cubango. Mais observou que o seu Governo só se senta à mesa negociadora desde que a parte contrária cumpra rigorosamente as resoluções do Conselho de Segurança e os documentos elaborados no mês de Maio em Abidjan, nomeadamente no que diz respeito à retirada e acantonamento das forças rebeldes, com extensão da autoridade do Estado a todo o território.

A situação permanece tensa na devastada Cuito, capital da província do Bié, onde fonte governamental acusou ontem a UNITA de ter atacado elementos das Forças Armadas que se preparavam para recolher alimentos lançados de pára-quedas. E há movimentações quanto a Cabinda, que é o mais rico dos territórios angolanos, pois o seu petróleo tem vindo a suportar em quase 90 por cento o Orçamento do Estado. ■

* com Aguiar dos Santos, em Luanda

África Austral preocupa militares

PÚBLICO, 7 11 93

O DIRECTOR do Instituto de Altos Estudos Militares (IAEM) admitiu na sexta-feira que a situação na África Austral "poderá vir a projectar graves reflexos na segurança nacional".

O brigadeiro Mariz Fernandes, que proferia a oração de sapiência na abertura solene do ano lectivo 1993/94 do IAEM, referia-se à "possibilidade de um

retorno mais ou menos maciço de portugueses da República da África do Sul, após as eleições previstas para Abril próximo". Aquele oficial general, que fazia uma apreciação da situação estratégica mundial após o rompimento do equilíbrio planetário "previsível e bipolar", discorreu depois sobre o "aparecimento de fenómenos muito dispare, que

afectam de forma sensível a segurança do mundo em geral, da Europa e dos países que a integram em particular".

"Portugal, situado embora na periferia da Europa, não escapa a alguns dos fenómenos mais perturbadores", ressaltou Mariz Fernandes, especificando que o território português é uma "fronteira" do continente euro-

peu, "área muito apetecida pelas actividades clandestinas ligadas ao tráfico de droga, de armas e explosivos e do banditismo internacional em geral". O director do IAEM indicou ainda que Portugal está "muito próximo do apelidado 'arco de crise', que" — sublinhou — "percorre todo o Norte de África até ao Médio Oriente". ■

A guerra do sal

EXPRESSO, 6.11.93

Nicole Guardiola enviada a BENGUELA

«QUEM tem sal ou sabão é morto durante a noite. Levam as roupas e abandonam os corpos, para o povo ver», relata Jorge Dias, de 19 anos, natural do Huambo. Era membro da JURA (Juventude da UNITA) e chegou na quarta-feira à localidade de Chongoroi, sob o controlo das forças do Governo.

Com duas dezenas de jovens desertores, Jorge está disposto a incorporar-se nas FAA (Forças Armadas Angolanas) mas ainda está à «experiência»: descalço e esfarrapado, como chegou do «mato», ajuda a cavar trincheiras à volta do «quartel» de Chongoroi, tosco conjunto de abrigos semienterrados e cobertos de chapas onduladas. Outro grupo de aprendizes de sapadores, também ex-UNITA, já estão em Chongoroi há várias semanas e já aprenderam os rudimentos da vida militar.

Na Kaluita (município do Balombo), Jorge Dias tinha como missão guardar as mulheres que a UNITA utiliza como carregadoras e constituem um elemento fundamental da «logística» do movimento de Jonas Savimbi para as suas acções de guerrilha. Não gostava daquele trabalho e, sobretudo, não tinha sal, pelo que resolveu buscar refúgio junto de umas tias que moram em Chongoroi.

Imprescindível à vida, sobretudo durante a estação quente que agora começa, o sal é actualmente um produto estratégico de primeira importância no planalto central, onde as forças governamentais e os guerrilheiros da UNITA jogam ao gato e ao rato, enquanto em Luanda e Lusaka se ultimam os prepa-

rativos para mais uma ronda de negociações de paz.

É sal que pedem com insistência os aldeões das zonas reconquistadas pelas FAA ao longo dos últimos meses, é o bem mais precioso dos «deslocados» que, aos milhares, abandonam os campos de refugiados do litoral para voltar às suas aldeias, ainda a tempo para as sementeiras.

Uma frente em permanente deslocação

Se, por um lado, o Governo provincial de Benguela procura incentivar o regresso dos camponeses aos municípios do interior, para as FAA este movimento de populações é mais um problema a acrescentar ao rol de «complicações» que o comandante da frente centro tem de enfrentar.

A confiança relativa dos militares na «lealdade» das populações que fugiram das localidades ocupadas pela UNITA é pouca. É por essa razão que as tropas da linha de frente fazem ouvidos moucos às lamentações dos aldeões que suplicam por «sal, roupas e medicamentos» e acusam a UNITA de ter roubado todos os seus haveres. Compram, com dinheiro, cabritos, galinhas e patos, algumas cabeças de gado para melhorar a dieta das tropas ou das respectivas famílias. Os géneros de primeira necessidade — sabão, óleo, roupas —, que desapareceram por completo dos mercados das povoações do interior, só chegarão com a administração governamental, a polícia e a defesa civil.

Com a «ponta de lança» da coluna que, saída de Benguela,

progride em direcção ao Huambo a menos de 80 quilómetros da capital de Jonas Savimbi, o general «Armando» desculpa-se por não poder dar mais apoio aos jornalistas do EXPRESSO, os únicos que foram esta semana autorizados a aproximarem-se de uma «frente em permanente deslocação».

«Os nossos irmãos resolveram, esta semana, criar uma série de complicações», ironiza o general. As poucas notícias colhidas, junto de civis em Benguela ou em conversas com os soldados governamentais, confirmam que a situação está longe de estar consolidada. Atiradores emboscados dispararam, por duas vezes, contra uma coluna de deslocados que regressava de Benguela para Caimbambo, matando duas mulheres, veículos civis foram destruídos entre Ganda e Cubal, e grupos de guerrilheiros mais ou menos numerosos tentaram atacar posições governamentais no Alto Catumbela, e entre Tchingenge e Ukuma.

Para os militares, estas acções esporádicas são a confirmação de que «Savimbi não quer a paz, só trata de ganhar tempo».

Lavar a honra

Os veteranos lembram outras batalhas «da segunda guerra», antes dos acordos de Bicesse, em que a UNITA procurou sempre alvejar e cortar as vias de reabastecimento das tropas governamentais, tirando partido da maior mobilidade dos seus guerrilheiros e das suas aptidões para se misturar com o povo

e «diluir-se na paisagem».

Progridir lentamente, consolidar as posições, «limpar» as áreas adjacentes, são, neste momento, as palavras de ordem mais difíceis de fazer entender e acatar pelas tropas da vanguarda que, constituídas na maioria por sobreviventes da «batalha do Huambo», querem reconquistar a cidade pela força para «lavar a sua honra» e resgatar os familiares que ficaram sob o controlo da UNITA.

A «guerra do sal», com toda a sua crueldade, é outra componente desta guerra dos pobres em que as populações civis são simultaneamente objectivos e vítimas.

Cansadas, desvairadas, as populações já não sabem o que fazer, se fugir ou deixar-se ficar. A morte está sempre presente, sob a forma de bombas ou de minas, da fome ou da doença.

A guerra destruiu as suas resistências e tornou inúteis os conhecimentos ancestrais. «Quando, numa aldeia, os camponeses começaram a lavar o salitre que impregna o solo de alguns pastos, particularmente procurado pelo gado, a UNITA colocou guardas armados e proibiu o acesso ao local, provavelmente com a ideia de explorar o filão em seu próprio benefício», conta Zacarias, um ex-combatente cuja irmã, religiosa, reside nos arredores do Cubal. Possuir sal é prova de que se esteve directa ou indirectamente em contacto com o inimigo e motivo suficiente para ser sumariamente executado. Jorge Dias fez a sua escolha e foi em busca de sal e segurança, mas a guerra é ainda o seu destino.

PALOP

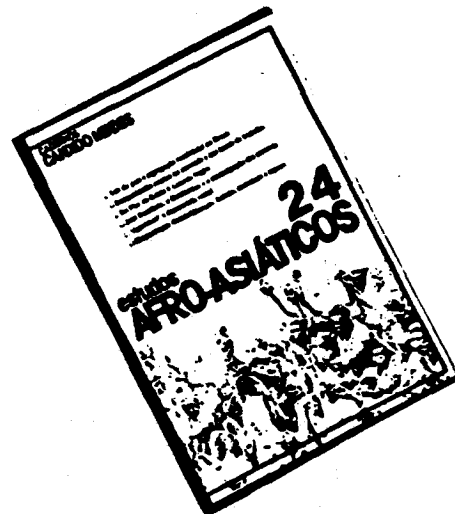
SEGUINDO-SE a uma série de reuniões bilaterais, teve ontem início em Lisboa o primeiro encontro dos ministros das Administrações Públicas dos PALOP com a secretária de Estado da Modernização Administrativa. O encontro prolonga-se até à próxima sexta-feira, estando previstas deslocações dos ministros dos

“cinco” ao Instituto Nacional de Administração, ao Centro de Estudos e Formação Autárquica e à Universidade de Coimbra. Uma declaração conjunta a divulgar no fim dos trabalhos deverá perspectivar o futuro da cooperação na área da Administração Pública, que se pretende intensificar com o lançamento da dimensão multilateral inaugurada com o encontro desta semana. ■

PÚBLICO, 3.11.93

FAÇA JÁ SUA ASSINATURA

LIGUE
531-2000
RAMAL 259

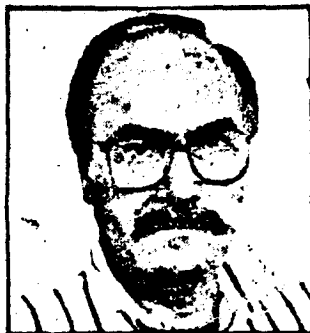


Angola: um apelo à paz

Devemos aprender a construir um país moderno com um poder civil. Ninguém mais deve matar ninguém por motivos políticos ou de luta pelo poder!

Os novos poderes judiciais e legislativos devem fiscalizar o respeito pelos Direitos Humanos, sem os quais não haverá democracia

Rui Ramos*



EXPRESSO, 6 11 93

CHEGOU a hora de escolher, definitivamente, o destino de Angola: a guerra ou a paz. É a opção entre a destruição total da identidade nacional, dos homens e dos recursos naturais, e a reconciliação na diferença, na liberdade, na tolerância, no desenvolvimento e no bem-estar.

Angola é hoje um enorme cemitério onde os ainda-vivos, feridos de morte, esperam a vez de ser enterrados.

Sobre Angola abateram-se nuvens negras de tragédia e de holocausto com uma dimensão raras vezes vivida em África. A guerra, a continuar, não só destrói milhares de vidas diariamente, como, o que é mais trágico, destrói os velhos que não ensinaram tudo e os jovens que não tiveram tempo de aprender.

Daqui a uns anos Angola será um país sem memória, sem cultura, à deriva, onde não se saberá sequer o que é ser angolano. A guerra, com o seu cortejo de destruições maciças, deixará o país sem quadros, sem infra-estruturas, sem trabalho. O angolano tornar-se-á num mendigo físico e intelectual. A personalidade angolana esvaí-se num vazio humano, um vácuo sem retorno. Angola tornar-se-á numa terra de vivos-mortos. Quem pagará a mais importante parcela da factura serão as gerações vindouras, que, se ainda tiverem forças, nunca perdoarão o mal irreversível que muitos angolanos de hoje lhes estão a provocar.

Em nome do futuro, exige-se: Acabem a guerra!

É preciso acabar imediatamente com a guerra, com os ódios acumulados em tão pouco tempo, com a intolerância levada aos limites do paroxismo. É urgente que todos comecem imediatamente a trabalhar para a paz, pensando nela e não na guerra. Nada justifica tamanha destruição de um povo, que está a chegar ao limite das suas forças.

Num momento em que as crianças morrem sem aprenderem sequer a gatinhar, é secundário perder tempo a descobrir

culpados.

Há um quadro institucional a preencher. Houve eleições que foram reconhecidas válidas. Há um governo que deve cumprir o seu mandato. Há um Parlamento para onde a UNITA deve mandar os seus 70 deputados munidos de programas alternativos. A UNITA, como partido, não pode exercer a administração territorial. Deve submeter-se à administração central.

A UNITA deve integrar-se imediatamente na sociedade civil, com garantias absolutas de segurança para os seus militantes, democratizar-se, eliminar no seu seio as veleidades belicistas. O seu exército deve ser desfeito imediato e completamente, para que a organização se transforme num verdadeiro partido político pacífico com a representatividade nacional que tem.

O MPLA deve fugir à tentação totalitária ainda que camuflada. É uma organização que se transformou de partido único num partido em regime pluripartidário. Não se pode esquecer que uma transformação deste tipo é sempre dolorosa e longa. O quadro institucional não deve ser subvertido.

Devemos aprender a construir um país moderno com um poder civil. Ninguém mais deve matar ninguém por motivos políticos ou de luta pelo poder! Os novos poderes judiciais e legislativos devem fiscalizar o respeito pelos Direitos Humanos, sem os quais não haverá democracia.

As eleições presidenciais devem ser cuidadosamente preparadas, sem a pressa das anteriores legislativas.

Depois, à medida que o país volte à normalidade e se prepare para perdoar, devem ser organizadas as eleições locais, que vão provocar uma dispersão da representatividade que muitas vezes se confunde com «federalismo».

As terceiras forças devem sair do estado de coma em que se encontram e devem encontrar uma liderança alternativa forte para se constituírem em

força de interposição. Devem procurar, com espírito de unidade e coragem, o lugar que lhes pertence.

A Igreja Católica deve unir-se e acabar de vez com os clientelismos étnico-partidários. A sua missão é nacional e universal, a sua voz deve ter ainda mais peso e não se deve calar, em cada templo, em cada rua, em cada lar, até Angola viver em paz. A Igreja deve ensinar os angolanos a ser tolerantes, a perdoar, mas deve continuar a ser dura quando há ameaça de regresso à violência e à violação dos Direitos do Homem.

A Igreja deve preparar-se para desempenhar um papel fundamental na alteração da ideologia do angolano, até aqui ensinado a odiar e a destruir o seu irmão que pensa ou milita diferentemente de si. A luta contra a ideologia de guerra, de ódio, de exclusão, vai ser a próxima batalha de Angola.

É urgente ensinar o angolano a respeitar a diferença, ainda que ela seja antagónica com os seus valores. E ninguém mais do que a Igreja pode realizar essa difícil missão.

Esta é a geração sacrificada, a que não confia, a que tem medo de si própria, a que não se

encontrou nem encontrou a pátria. A próxima pode ser a geração da estabilidade e do desenvolvimento, ou pode ser a geração do nada, ou pode nem sequer haver próxima geração em Angola.

Reconciliação não é unidade de pensamento, não é unanimismo. Reconciliação significa não à guerra, sim ao direito à diferença, sim à cidadania responsável, sim ao respeito mútuo. Luta de ideias, opiniões diferentes, antagónicas, sim. Guerra, nunca mais! Basta!

É urgente unir Angola na diversidade!

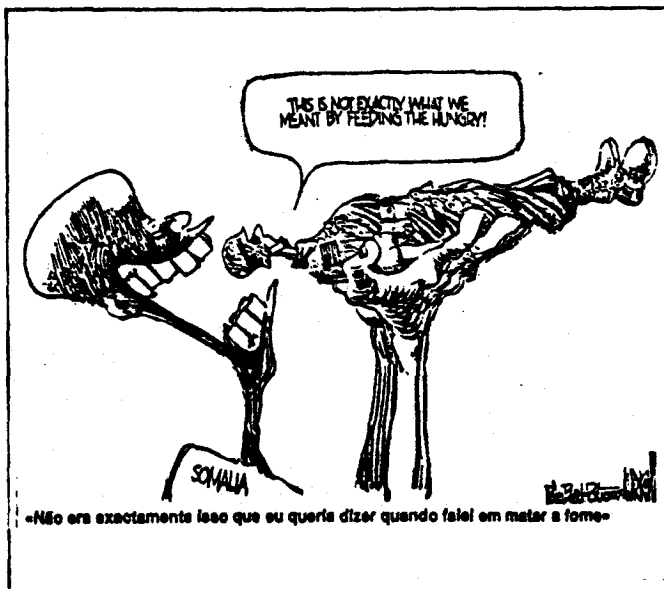
Não há «crioulos», «genúinos», «brancos», «pretos», «mestiços», «kimbundus», «umbundus», «bakongos», etc. Os angolanos são angolanos!

No bilhete de identidade está inscrita a expressão «cidadão nacional» e não outra, e essa é a primeira e fundamental qualidade dos angolanos. Ninguém deve ser submetido nem aceitar submeter-se devido à «cor da pele» ou à «etnia».

Há uma cultura angolana, alicerçada numa miríade de vivências, de diferenças, que cimentam, todas elas, a angolanidade. A angolanidade não se esgota na efemeridade dos partidos. Cimenta-se na cultura, na solidariedade. Sem paz não há mais nada! A guerra que destrói a alma angolana pode, como outras, ser ganha por uma das partes. Mas essa solução vai criar gangrena, vai levar à amputação, aos totalismos, o vencedor vai humilhar, o vencido vai-se vingar.

Não é essa a solução que defendemos. Por isso os angolanos, onde quer que estejam, devem gritar para os senhores das armas: Acabem a guerra, já!

*Jornalista angolano





vozes em português

*Pepetela**

Os bandos

PÚBLICO, 7 11 93

Nos meus tempos de criança, em Benguela, houve o período dos bandos de rapazes que passavam na rua a maior parte do seu tempo e nem sempre com as ocupações mais confessáveis. Havia actividades perfeitamente aceites, como os tremunos de futebol nalgum quintalão abandonado, o que era bastante comum naqueles tempos de pouca construção, as idas à Praia Morena ou os menos confessáveis assaltos às goiabas, mangas, sapesapes, das quintas do Cavaco ou das Bimbas (onde imperava o feroz Tira-Chapéus).

Estes assaltos envolviam alguns riscos, vindos particularmente dos cães de guarda, ou dos cacos de garrafa com que se encimavam os muros das quintas. Geralmente, a conjugação dos dois factores é que era perigosa: os calções eram os primeiros a pagar, e depois os donos, por não arranjarem explicações plausíveis para as mãos.

Outra actividade de certo risco era a espera ao comboio do Lobito, de passageiros ou de mercadorias, tanto fazia. O jogo consistia em ficar o bando em cima da ponte sobre o rio Cavaco, o qual quase sempre estava seco e por isso tinha areia três ou quatro metros abaixo do tabuleiro da ponte; quando o comboio se aproximava, todo o bando tinha de se atirar para a areia, pois a ponte tinha apenas o espaço para o comboio passar. Obviamente, o último a saltar era o vencedor.

Perante as queixas dos maquinistas, houve um tempo em que ia um panduro polícia de bicicleta para lá, impedir as aventuras. Só que o polícia tinha outras ocupações naquela cidade tão calma de crimes mas tão prazerosa para outros desfrutes e o polícia aparecia pouco pela ponte ou então ficava poucos momentos, pois logo alguma bonita caleco o atraía para outras actividades mais interessantes.

Convenhamos também que o Cavaco ficava fora da cidade e não era fácil a um polícia gordo pedalar aquela distância só para evitar as brincadeiras da malta. Mas um dos nossos partiu um dia um braço ao mergulhar mal para a areia e a brincadeira acabou mal. Ou encontrámos outras coisas com que nos entreter, sei lá.

No entanto, havia bandos e bandos. Este era bastante inocente, como vimos pelos exemplos. Havia o bando do Bito, lá para os lados da Igreja, e o do Gongga, no Bairro da Peça, que eram bem mais pesados. Cada um deles queria pura e simplesmente (embora só o reconhecessem em algumas ocasiões) dominar todos os bandos da cidade.

O Bito e o Gongga tinham muitos pontos em comum: ambos mulatos e mais fortes que a norma, nutriam o mesmo ódio recíproco e a mesma ambição. Dizia-se que o ódio começou quando o Gongga tinha 12 anos e o Bito 13, por causa duma miúda que acabou por não querer nenhum dos dois, mas os manteve em "suspense" durante muito tempo (como em qualquer estória original, "cherchez la femme").

A diferença entre os dois é que o Gongga ficou pela 4ª classe, tirada com muito custo graças às reguadas da velha Cló, e o Bito lá

continuou a estudar até ao 5º ano do liceu, o que já era menos mau para a época. Pode dizer-se que a diferença principal dos dois chefes era a cultural, com um Bito quase intelectual e o Gongga muito mais destinado a trabalhos braçais.

Estes dois bandos nunca se encontravam de forma pacífica. Bastava que um soubesse do avanço do outro nalgum território fora do respectivo bairro para se preparar para a pancadaria. Que sucedia invariavelmente. Mas naquele tempo tinha regras morais: era só a murro e pontapé, nenhuma arma era permitida pela ética dos bandos de Benguela.

Enquanto eles se defrontavam nos sítios mais isolados ou em largos vazios, isso pouco afectava os outros jovens. O problema é que o Bito, a um momento dado, inaugurou a época imperialista; já não lhe bastava dominar a zona da Igreja, quis estender a sua influência para os outros bairros. Os seus emissários vinham contactar os outros bandos, para que nos submetessem à sua autoridade e integrássemos o seu bando, pois isso permitia protecção e a sensação agradável de fazer parte dos donos da cidade.

O problema é que o Gongga em breve sentiu que estava em perigo, pois as alianças que o Bito estabelecia aumentavam em muito os seus combatentes. Ficará certamente na história das guerras da cidade a vitória memorável do bando do Bito na zona do Cassoco, em que pela primeira vez o Gongga e seus auxiliares mais próximos tiveram de ir receber uns pontos no hospital, tal a surra que levaram. Ai o Gongga passou a pressionar os outros grupos.

Penso que nesta fase diplomática mais se notou a diferença cultural entre os dois chefes. Os emissários do Bito tentavam convencer, iludindo-nos com as vantagens mútuas duma aliança (para nos dominarem, pois era sempre o Bito que decidia quais as actividades de cada grupo, deixando as mais agradáveis para o bando dele). Já os emissários do Gongga vinham com ameaças de pancada ou de feitiço. Começou a falar-se das capacidades do Gongga em manipular uma velha da Massangarala que era conhecedora de todos os poderes do Além, os quais nos perseguiriam se não nos aliássemos a ele.

E aí começou o nosso tormento: nós só queríamos jogar futebol e ir roubar umas frutas de vez em quando. Se nos aliássemos a um dos bandos, teríamos de fazer o que o líder desejasse. Um ameaçava-nos, o outro prometia protecção. Num caso ou noutro, deixávamos as nossas inocentes brincadeiras. Perante este dilema, o nosso grupo encontrou uma solução, talvez não muito romântica, mas eficaz: deixou de andar tanto pelas ruas e passou a estudar mais. Pelo saber íamos demonstrar a um e a outro que a ambição pelo poder imediato só arruinaria os próprios promotores.

Vendo hoje a minha cidade e o país, não sei se essa nossa tática resultou. É certo que já ninguém se lembra do Bito e do Gongga. Mas será que aprendemos a lição? ■

* escritor angolano

Jornalistas vigiados na África do Sul

UM ESCÂNDALO nacional rebentou na África do Sul com a denúncia de que a televisão estatal, a SABC, vigiou ilegalmente vários funcionários, incluindo jornalistas, devido a divergências políticas. Entre os supostos vigiados está Helena Nogueira, uma realizadora portuguesa de origem moçambicana.

Helena Nogueira, 36 anos, natural de Maputo, dirigia um programa semanal da SABC para a comunidade portuguesa na África do Sul quando, segundo os jornais de Joanesburgo de ontem, foi vigiada pelos seus patrões. A televisão onde trabalha

gravou conversas (som e imagem) que pretendem responder a dúvidas que o seu "alinhamento político e honestidade profissional" estariam a suscitar, escreve a agência Lusa.

O caso das alegadas vigilâncias foi primeiro lançado pelo jornal australiano "The Age", depois retomado pelo sul-africano "Sunday Star" e agora pelo "The Citizen", o diário prô-governamental que ontem tinha na manchete "Escândalo de espionagem na SABC aprofunda-se".

Nelson Mandela, presidente do ANC (Congresso Nacional

Africano), que acaba de partilhar o Prémio Nobel da Paz com o Presidente da África do Sul, acusou ontem, em declarações à Lusa, o Governo de ter montado uma rede de espionagem para garantir a sua própria sobrevivência na futura África do Sul democrática. Mandela afirmou que o caso devia ser agora analisado e submetido à Autoridade Independente de Difusão, a ser formada após ratificação no Parlamento, e ao Conselho Executivo Transitório, o primeiro órgão de partilha do poder na África do Sul, ou seja, que inclui brancos e negros.

A realizadora Helena Nogueira, que foi seleccionada para a abertura do último Festival de Cinema da Figueira da Foz, disse ontem que os argumentos dados pela administração da SABC para justificar a gravação das conversas são "patéticos". A televisão estatal afirma que as câmaras utilizadas para monitorização não estavam equipadas com microfones e que por isso resolveu instalar alguns na sala de trabalho. Helena Nogueira diz que nem ela nem nenhum dos editores ou visitantes das salas de montagem — onde estava escondido o equipamento de gravação — sabiam que os seus movimentos e conversas estavam a ser registados. ■

PÚBLICO, 2 11 93

Uma quinzena crucial

ESTES primeiros 15 dias de Novembro estão a ser cruciais para que a África do Sul saiba ao certo se de facto no dia 27 de Abril do próximo ano vai eleger uma Assembleia Constituinte, a partir da qual se forme um Governo de Unidade Nacional válido por cinco anos.

O actual partido governamental e o ANC estão a combinar tudo entre si e a tentar convencer os demais agrupamentos políticos, de modo a que não haja mais atrasos na transição para uma verdadeira democracia e a que dentro de seis meses a África do Sul tenha a funcionar um Parlamento verdadeiramente representativo de todos os seus cidadãos.

Nos últimos dias, o Partido Nacional de Frederik de Klerk e o movimento de Nelson Mandela apresentaram no fórum negocial de Kempton Park uma

proposta que prevê para o governo a criar no próximo ano um Presidente, pelo menos dois vice-presidentes e 27 ministros.

O Presidente seria eleito por maioria na Assembleia Constituinte, tudo fazendo prever que a escolha viesse naturalmente a recair em Mandela. E todos os partidos com mais de 20 por cento de lugares teriam direito a um vice-presidente. Se apenas houvesse um nessas circunstâncias, esse teria um dos votos e o segundo mais votado outro.

Os 27 ministérios seriam distribuídos proporcionalmente entre os partidos que conseguissem pelo menos cinco por cento dos deputados. Eventualmente ANC, Partido Nacional, Inkatha, Congresso Pan-Africano (PAC) e Partido Conservador.

As pastas seriam atribuídas em consultas que o Presidente e

os vice-presidentes fariam com os líderes das diferentes forças ministeriais, num processo que desde já se pode antever cheio de melindres.

À esquerda e à direita

Nesta altura, o actual governo e o grupo de Mandela estão a tentar convencer as forças tanto situadas à sua direita como à sua esquerda de que não devem boicotar o processo negocial nem impedir a hipótese de as primeiras eleições livres de todos os sul-africanos serem mesmo no dia 27 de Abril.

A direita o obstáculo chama-se agora Aliança da Liberdade e congrega todos os conservadores, sejam eles brancos, como os do Partido Conservador, ou negros, como os do Inkatha. E à esquerda ele é consti-

tuido essencialmente pelo PAC, formação de radicais negros que segundo algumas opiniões poderá representar talvez oito ou nove por cento do eleitorado.

Ontem começaram em Harare, sob mediação do Zimbábue, negociações entre o governo sul-africano e o Exército de Libertação do Povo da Azânia, ala militar do PAC, responsável por uma série de atentados que lançam o pânico na comunidade branca. E hoje têm início conversações entre o governo e a Aliança da Liberdade, cujas reivindicações passam por um sistema federal, com vasta autonomia para cada uma das regiões.

A conciliação das tendências centralizadoras do ANC com o federalismo defendido pelo Inkatha, pelo Partido Conservador e por algumas outras entidades apresenta-se como uma das maiores dificuldades que nos próximos dias se levantam ao processo negocial na África do Sul. ■

PÚBLICO, 2 11 93

LÍDERES NEGROS AFRICANOS CONVIDAM DE KLERK

— O Presidente da África do Sul, Frederik de Klerk, foi ontem convidado pela primeira vez para participar numa cimeira económica regional que vai juntar, no Uganda, diversos líderes negros africanos. Fontes governamentais ugandesas afirmaram que De Klerk, cujo país tem sido até agora banido de encontros semelhantes devido ao "apartheid", foi convocado para comparecer na cimeira da Área de Preferência Tradicional (PTA), cuja sessão inaugural está prevista para hoje, com a participação de 18 Estados africanos do Leste e do Sul do continente. Pretória ainda não indicou se o chefe de Estado está disposto a ir pessoalmente à cimeira ou se vai optar por enviar representantes.

PÚBLICO, 5 11 93

BUTROS-GHALI RECOMENDA PROLONGAMENTO DA MISSÃO EM MOÇAMBIQUE — O secretário-geral das Nações Unidas, Butrus-Ghali, recomendou o prolongamento do mandato da Operação da ONU em Moçambique (Onumoz) até à realização de eleições em Outubro de 1994, indica um relatório do Conselho de Segurança ontem publicado. O mandato expirava a 31 de Outubro e fora prolongado até ao dia 5, enquanto se aguardava um relatório do secretário-geral.

PÚBLICO, 7 11 93

ONU PREOCUPADA COM MOÇAMBIQUE — O Conselho de Segurança das Nações Unidas prorrogou ontem por seis meses o mandato da operação em Moçambique (Onumoz) e pediu tanto ao Governo como à Renamo que comecem imediatamente a acantonar as suas tropas, a fim de que a desmobilização esteja pronta em Maio. O Conselho manifestou-se preocupado com os sucessivos atrasos na concretização do plano de paz e solicitou que as Forças Armadas de Moçambique, a formar em partes iguais pelos dois lados, estejam operacionais em Agosto do próximo ano. A resolução ontem aprovada por unanimidade pressiona ainda os moçambicanos a que aprovem neste mês a lei eleitoral e criem de imediato uma comissão eleitoral.

PÚBLICO, 6 11 93

DHLAKHAMA ACUSA FRELIMO DE MÁ FÉ — O presidente da Renamo acusou ontem a Frelimo de má fé na elaboração do Ante-Projecto da Lei Eleitoral que está a ser discutido, dizendo que houve "uma tentativa grosseira de organização de uma fraude eleitoral, que teria como trágica consequência o regresso à guerra civil". Em comunicado de imprensa, o líder da oposição apela a Joaquim Chissano para que "deixe de ouvir os conselhos dos radicais saudosistas do seu partido, interessados em preparar uma farra eleitoral que poria termo à paz". Naquele documento, Afonso Dhlakama considera de fundamental importância que as eleições presidenciais e legislativas marcadas para Outubro de 1994 sejam "justas e democráticas, independentemente dos seus resultados, porque caso contrário teria de os rejeitar". A Renamo entende que não estão criadas condições de imparcialidade para que os emigrantes votem nas embaixadas e campos de refugiados, aquando das eleições do próximo ano.

PÚBLICO, 7 11 93

Sondagem na África do Sul desfavorável ao Partido Nacional

Um desastre anunciado

Jorge Heitor

A vitória folgada do ANC e o modesto segundo lugar do Partido Nacional são os dados mais salientes de uma sondagem ontem publicada na África do Sul, a menos de seis meses das eleições que irão dar lugar a um Governo de Unidade Nacional.

O Congresso Nacional Africano (ANC) conta com a simpatia de 58 por cento dos cidadãos que estão dispostos a votar nas eleições sul-africanas de 27 de Abril do próximo ano, enquanto o Partido Nacional de Frederik de Klerk não vai além dos 13 por cento e a aliança dos conservadores brancos com o Inkatha de Mangosuthu Buthelezi se queda pelos 11,5.

Este é o resultado de uma sondagem feita pela sociedade independente Integrated Marketing Research e ontem publicada em Joanesburgo pelo semanário "Sunday Ti-

mes", segundo o qual Nelson Mandela fica decerto com a presidência da África do Sul e o ANC com dois terços das pastas no Governo de Unidade Nacional a formar após a existência de uma Assembleia Constituinte.

Partindo do princípio de que 80 por cento dos sul-africanos se dizem prontos a participar nas eleições, os autores do estudo concluem que o movimento de Mandela, criado em 1912, fica com seis de cada 10 votos expressos, o que é mais do que em ocasiões anteriores tem sido calculado. Além de que deverá ainda contar com o apoio de algum deputado a eleger pelos seus amigos do Partido Comunista, que tem 2,4 por cento das intenções de voto.

A sondagem foi um autêntico balde de água fria para o Presidente Frederik de Klerk, pois diz que não consegue suscitar o apoio de mais de dois por cento dos negros e que o partido actualmente no poder fica muito longe de conseguir os 20 ou 25 por cento dos votos ambicionados por alguns dos seus dirigentes.

Só com um quinto dos lugares na Assembleia Constituinte e, consequentemente, no Governo de Unidade Nacional válido por cinco anos é que o Partido Nacional poderia considerar-se uma força bastante significativa e colocar um travão mais ou menos efectivo às aventuras da extrema-direita. Caso contrário, corre o risco de vir a ficar espartilhado entre um poderoso ANC e uma Aliança da Liberdade que con-

grega o Inkatha, o Partido Conservador e os neo-nazis.

Há nove dias ainda o Presidente De Klerk andava a dizer em público que se poderia admitir a vitória do seu partido nas eleições de 27 de Abril para uma Assembleia Constituinte de 400 lugares. Mas agora depara-se com a verdade nua e crua de que se calhar nem conseguirá preencher 60 desses lugares, a menos que as coisas mudem muito na África do Sul durante os próximos cinco meses e meio, o que é difícil de admitir.

O Partido Nacional não representa hoje em dia mais de 40 por cento do eleitorado branco e foi incapaz de concretizar o seu objectivo de atrair a si a grande maioria dos mestiços e dos indianos, de onde se compreenda que esteja em crise e que haja divisões entre uma ala dura e uma moderada. É claro que ainda se poderá considerar constitucionalmente com direito a um dos vice-presidentes da República, mas resta agora ver quem é que escolheria para o cargo. De Klerk ficaria numa posição frágil se as urnas não lhe dessem muito mais do que os 13 por cento indicados no sondagem do "Sunday Times" e o mui veterano ministro dos Negócios Estrangeiros, Roelof "Pik" Botha, talvez gostasse então de ocupar um posto de destaque na nova hierarquia do Estado.

Proliferação de pequenos

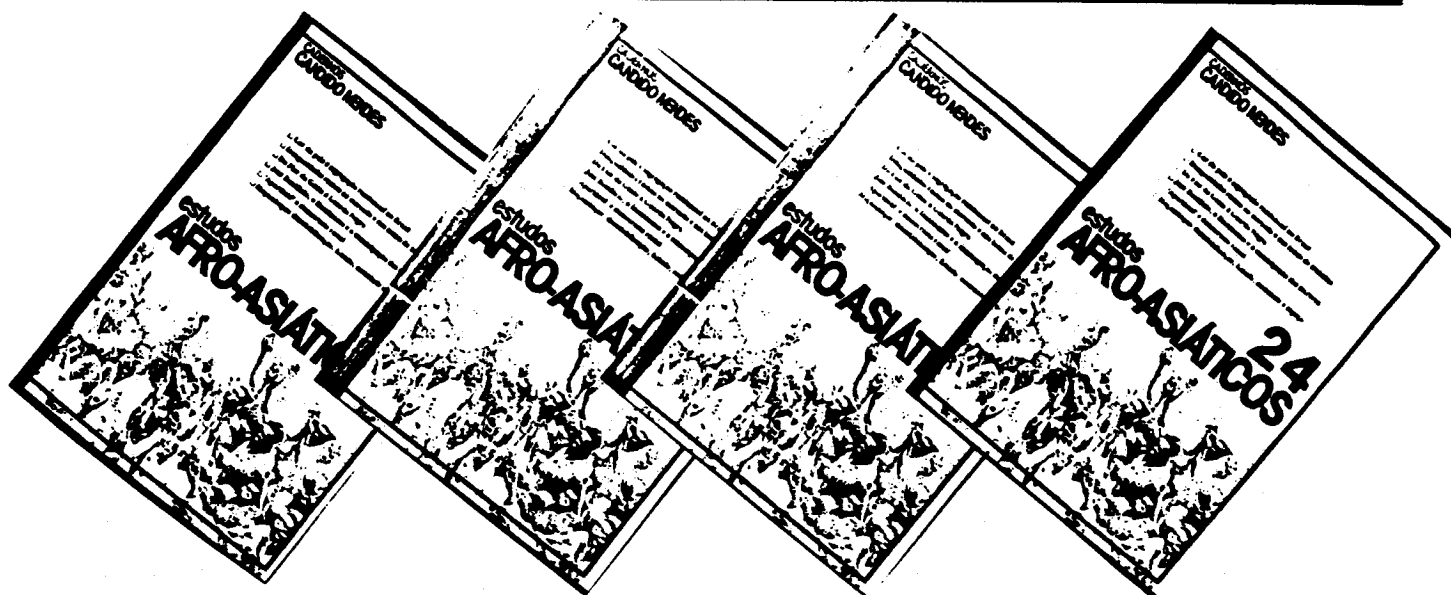
No entanto, e apesar de tudo, o partido que desde 1948

tem vindo a governar o mais rico país da África Austral ainda se pode consolar com a ideia de que, atrás de si, nenhum outro consegue chegar sequer aos 10 por cento dos votos, sendo necessário aos conservadores brancos e aos zulus do Inkatha congregarem-se para ficarem um pouco acima dessa marca.

Quanto ao Partido Democrático de Zach de Beer, situado entre De Klerk e Mandela, e ao Congresso Pan-Africano (PAC), de extrema-esquerda, diz a sondagem que devem ficar mesmo muito aquém daquilo que qualquer um deles desejaria, enquadrando-se num pelotão de pequenas forças que entre si totalizam 13 ou 14 por cento do eleitorado.

Ou seja, Nelson Mandela vai quase pela certa ser o próximo Presidente da África do Sul (a menos que problemas de saúde o impeçam) e o ANC terá ainda direito ao primeiro vice-presidente e a 18 ou 19 ministros, numa situação bastante vantajosa que arrasta consigo as maiores tentações de desvio para uma atitude ditatorial.

O que o Partido Nacional sempre receou, nestes últimos anos, foi precisamente a hipótese de um ANC claramente maioritário que, aliado a um Partido Comunista pequeno mas efectivo, viesse a médio prazo a abandonar quaisquer veleidades de moderação e enveredasse por uma linha aventureirista. Pois é sabido que isso poderia não só ser mau para a estabilidade económica do país como acarretaria consigo o perigo de uma actividade terrorista da extrema-direita.



As chacinas continuam

PELO MENOS 10 militantes do Congresso Nacional Africano (ANC) foram mortos no domingo perto de Nquthu, no ataque a uma aldeia do bantostão negro do Kwazulu, onde se deveria realizar uma reunião do movimento de Nelson Mandela, anunciaram a polícia e responsáveis daquele grupo.

O filho do chefe da aldeia, Alpheus Molefe, encontra-se entre os mortos, que na maior parte eram ainda adolescentes.

Os militantes locais tinham já decidido anular a reunião, depois de o representante local do ANC haver recebido informações segundo as quais

"poderia haver problemas", dado tratar-se de uma zona onde o Partido Inkatha está bem implantado.

Segundo testemunhas, alguns homens armados abriram fogo sobre a residência de Molefe com espingardas de assalto AK-47, tendo o chão ficado juncado de cartuchos de nove milímetros.

O porta-voz do ANC, Carl Niehaus, considerou tratar-se de um exemplo da falta de liberdade política que há na província do Natal, onde se situa o Kwazulu e onde o príncipe Mangosuthu Buthelezi deseja uma região administrativa dotada de vasta autonomia, no contexto de

uma África do Sul federal.

Por outro lado, a agência noticiosa sul-africana SAPA anunciou que o filho do responsável do Inkatha no Transvaal, Vitus Mbelasi, fora morto horas antes numa residência de Lady Smith, no Natal; não se podendo pois excluir a hipótese de a acção ocorrida nas imediações de Nquthu haver sido uma vingança.

Há já muitos anos que os conflitos entre o Inkatha, de predominância zulu, e o ANC, onde há muitos xhosa, ensanguentam a África do Sul, designadamente a região onde Buthelezi pretende fortalecer o seu poder.

Enquanto isto, Winnie Mandela, a controversa mulher de quem Nelson Mandela teve de se separar, voltou uma vez mais a

desenvencilhar-se dos sarilhos em que se tem metido e foi eleita para a comissão executiva do ANC na região Pretória-Witwatersrand-Vereeniging.

"É a vontade dos militantes", explicou o dirigente regional do movimento, Tokyo Sexwale, enquanto outros quadros observavam que a polémica personagem, de 58 anos, continua a ser muito popular entre as bases, conseguindo o apoio da juventude radical.

Winnie deverá candidatar-se a deputada por aquele círculo eleitoral, que inclui Joanesburgo, Pretória e Soweto. E poderá assim atrair às listas do movimento maioritário negros esquerdistas que de outra forma poderiam preferir votar no PAC. ■

A contagem decrescente para as eleições já começou. Terá o homem que as tornou possíveis um destino idêntico ao de Gorbachov?

ÁFRICA DO SUL

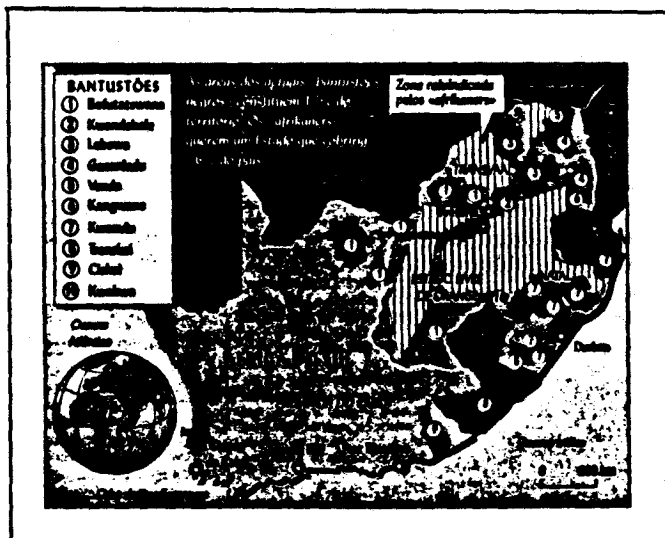
O efeito Gorby

David Beresford correspondente em JOANESBURGO

HOUVE sempre uma espantosa semelhança entre eles, pelo menos entre as suas cabeças calvas. Agora é cada vez mais óbvio que a «síndrome Gorbachov» — um libertador rejeitado pelos libertados — vai deitar abaixo o homem que se pode gabar de ter libertado as massas negras da África do Sul: o Presidente F.W. de Klerk.

No momento em que na África do Sul começa a contagem decrescente para as «eleições da libertação» de 27 de Abril, as sondagens de opinião indicam que De Klerk, o homem que tornou tudo isto possível, vai ser derrotado pelo eleitorado: segundo as últimas sondagens, o Partido Nacional não deverá obter sequer 20 por cento dos votos e dificilmente conseguirá um apoio da maioria negra superior a dois por cento.

É quase certo que Nelson Mandela sucederá a De Klerk na presidência do país, prevendo-se que o ANC venha a obter cerca de 60 por cento dos votos. A terceira figura política do país, o líder zulu Mangosuthu Buthelezi, também não obterá grandes resultados. Segundo as sondagens, mesmo aliado a outros



líderes conservadores dos bantustões e aos brancos da ala direita — sob a bandeira da «Aliança da Liberdade» — não conseguirão uma votação total superior a 15 por cento.

Há ainda grandes obstáculos a ultrapassar antes das eleições. Mas entre os negociadores acredita-se cada vez mais que a data de 27 de Abril — vista até há pouco tempo por muitos observadores como uma mera utopia — acabará por chegar. A Constituição que preside a estas eleições está praticamente aceite, faltando apenas acertar alguns

pormenores para o acordo total.

Os dois principais obstáculos com que o país ainda se depara são os bantustões e a extrema direita branca. Após conversações sem êxito entre os extremistas brancos, o Governo e o ANC, o Presidente De Klerk parece ter decidido responder-lhes dizendo-lhes que levaria por diante um acordo constitucional independentemente dos seus avisos de que desencadeariam uma guerra civil. Aparentemente, esta atitude está a surtir efeito.

De Klerk negocia apoio dos militares...

A ameaça da direita de se opor a um acordo pacífico levanta preocupações devido ao apoio que desfruta entre as forças de segurança, particularmente entre a Força de Defesa Sul-Africana (SADF). Contudo, parece ter havido um acordo de bastidores entre De Klerk e os comandos militares: conservadores bem conhecidos foram nomeados para postos-chave, pensando-se que isso fará parte de um compromisso destinado a garantir o seu apoio.

Os êxitos recentes da polícia face à violência da extrema direita — descobrindo esconderijos de armas e conspirações — e a condenação à morte dos assassinos de Chris Hani, dirigente do Partido Comunista da África do Sul, constituem uma indicação de que a disciplina está a começar a fazer-se sentir. Também terá tido um efeito estabilizador o acordo que consta ter sido concluído entre o ANC e o Governo que garante a segurança de emprego aos funcionários públicos, inclu-

Continua na pág. 12

À beira da maioria

ANGOLA completa nesta semana 18 anos como país independente, mas a essa maioria teórica não corresponde de forma alguma um desenvolvimento cívico e político de que o seu povo se possa orgulhar.

Tendo apenas gozado de paz entre Maio de 1991 e Outubro de 1992, o vasto território habitado por cerca de 10 milhões de africanos continua a ser devastado pelo conflito que desde os tempos da luta pela independência opõe dois grupos: o MPLA, de inspiração socialista, e a UNITA, de características anticomunistas.

Numa altura em que o representante local do secretário-geral das Nações Unidas continua empenhado em, logo que possível, sentar frente a frente as duas partes, para reatar o diálogo que há seis meses se malograra em Abidjan, o Governo de Luanda disse ontem que a UNITA ainda está a atacar no Planalto Central.

O partido dirigido por Jonas Malheiro Savimbi proclamou unilateralmente um cessar-fogo, no mês de Setembro, mas o governo alega que foi apenas uma mera manobra de propaganda e que as hostilidades prosseguem.

As Forças Armadas afirmaram, em comunicado distribuído pela agência noticiosa oficial Angop, que a UNITA disparou artilharia de longo alcance contra as tropas governamentais que se encontram perto de Ukuma, na província do Huambo, bastião dos rebeldes.

Mais disseram os militares que, na vizinha província de Benguela, a ocidente, os adversários do regime emboscaram um comboio de mantimentos, tendo morto algumas pessoas.

Não é fácil a pessoas independentes confirmarem o que é dito por um e outro lado, de modo que o que vai sempre ficando de real é que a guerra se mantém, mesmo quando o enviado especial da ONU, Alioune Blondin Beye, se movimentava pelas mais diversas capitais africanas no sentido de dar uma oportunidade à paz.

Lusaca, Harare, São Tomé e Libreville são cidades por onde tem andado desde há muitas semanas o representante de Butros Butros-Ghali, no sentido de conseguir que seja na verdade negociado um cessar-fogo efectivo e que as tropas da UNITA se

retirem das cidades e vilas que ocuparam desde há um ano.

Se as coisas correrem bem, daqui a oito ou 15 dias poderá ser reatado o processo negocial que em Maio abortou na Costa do Marfim, mas daí até os homens de Savimbi efectivamente retrocederem e as Nações Unidas enviarem uns bons milhares de capacetes azuis para Angola ainda é um grande passo, que poderá muito bem não se concretizar antes do fim do ano.

O Estado-Maior das Forças Armadas Angolanas disse no domingo que três portugueses foram mortos durante um ataque

que a UNITA teria feito no dia 3 deste mês à região diamantífera de Luachimo, na província da Lunda-Norte; mas não forneceu a respectiva identidade. E as autoridades consulares portuguesas ainda não dispunham ontem à tarde de dados concretos sobre o assunto.

Noutra região de Angola, uma bomba destruiu parcialmente durante o fim-de-semana as instalações da sala de embarque do aeroporto de Maianje, cidade que desde os primeiros meses do ano está cercada pelos rebeldes, como aliás também acontece com Menongue, na província do Cuando-Cubango. ■

PÚBLICO, 9 11 93

MANDELA VIOLENTO CONTRA DE KLERK — O líder do ANC, Nelson Mandela, que no próximo ano deverá ser eleito Presidente da África do Sul por uma Assembleia Constituinte a escolher em Abril, acusou ontem o actual detentor do cargo, Frederik de Klerk, de não querer saber dos negros para nada: "Se só se importa com os interesses dos brancos, não o queremos no Governo." Segundo ele, que falava a milhares de pessoas na província do Natal, o Partido Nacional, dirigido por De Klerk, pertence ao passado. Mas a verdade é que a força hoje em dia no poder será provavelmente a que fica em segundo lugar nas eleições de 1994, a seguir ao ANC, pelo que terá direito a um vice-presidente e a alguns ministros, num Governo de Unidade Nacional previsto pela Constituição provisória que tem vindo a ser negociada. Com as suas diatribes de ontem, Mandela procurava, porventura, combater as tentativas do Presidente De Klerk para atrair ao Partido Nacional uma parte do eleitorado negro, o que eventualmente poderia diminuir a larga vantagem que as sondagens estão a dar ao ANC.

PÚBLICO, 14 11 93

Continuação
da pág. 11

O efeito Gorby

indo a polícia e as forças militares.

Os últimos vestígios do sistema de «apartheid», os bantustões independentes, continuam a ser motivo de preocupação para o Governo e o ANC. Dois dos quatro, o Bophutatswana e o Ciskei, persistem em recusar o acordo constitucional, e poderão mesmo vir a impedir que as eleições de 27 de Abril se realizem nos seus territórios. Todavia, espera-se que o Governo tenha força suficiente — nomeadamente através do controlo financeiro que exerce sobre eles — para os levar à capitulação.

Mas se o Presidente De Klerk conseguir de facto levar às urnas uma África do Sul unida — pelo menos no empenhamento em redor dos princípios democráticos —, parece que serão poucas as compensações que obterá pelas suas corajosas reformas, e justamente daqueles que mais ganharam com elas.

Há muito que se estabelecem paralelos entre De Klerk e o líder soviético Mikail

Gorbatchov, que agora parece estarem a concretizar-se, pelo menos em parte. Tal como o Presidente Gorbatchov, o líder sul-africano iniciou as reformas partindo de uma posição de força aparente e acreditando que, a médio prazo, essas reformas se tornariam um imperativo para a sobrevivência do seu país.

... e é traído pelo peso do passado

Os dois homens iniciaram essas reformas fazendo uma avaliação demasiado optimista das suas hipóteses de se manterem no poder. Quando o Presidente De Klerk fez a sua primeira jogada no início de 1990 — com a legalização das organizações nacionalistas negras, incluindo o ANC, e com a libertação de Nelson Mandela —, procurava um acordo político que nada tinha de semelhante ao que agora se desenha. Pelo menos contava com uma Constituição que estabelecesse uma permanente divisão de poder entre as comunidades negra e branca.

Tal como Gorbatchov, De Klerk foi apanhado pelo ritmo imparável dos acontecimentos decorrentes da lógica da sua posição. Enredado nas teias da democracia, foi levado a aceitar um acordo que, num máximo de cinco anos, conferirá o poder à maioria.

Novamente como Gorbatchov, chegou a essa posição com um forte «handicap», se não mesmo definitivamente esmagado pelo peso do passado. A identificação do seu Partido Nacional com os horrores da era do «apartheid» — tal como o Partido Comunista de Gorbatchov com a herança do estalinismo — parece ter-lhe negado qualquer hipótese de ser reconhecido pela população como o «libertador».

Mas, ao passo que a queda de Gorbatchov foi completa, De Klerk parece ter ainda algumas hipóteses de sobrevivência política. Segundo a Constituição acordada nas conversações multipartidárias concluídas esta semana, o Partido Nacional — como provável segundo partido mais votado nas eleições de

Abril — conseguirá garantir um lugar num Governo de coligação, onde De Klerk ficará como um dos dois vice-presidentes de Mandela. Os nacionalistas terão assim alguma influência — e direito de veto em certas circunstâncias — no exercício do poder executivo durante pelo menos cinco anos.

Segundo os cálculos dos estrategos do Partido Nacional, esse período será suficiente para que a maioria negra ultrapasse a euforia decorrente da libertação e passe a ter uma noção mais aprofundada das duras realidades da governação. Esperam assim que, devido à sua longa experiência de governo, possam iniciar de novo a sua escalada para o poder.

Contudo, para os observadores externos, tal não passa de uma fantasia. Pensa-se que o tempo irá revelar que o Partido Nacionalista ficará tão destruído como o Partido Comunista da URSS. O que mostraria que o destino voltou a pregar uma partida cruel a um libertador de cabeça calva.

Com 18 anos de independência e a guerra à porta Luanda tornou-se surreal

MESMO COM a guerra às portas, Luanda, que hoje celebra 18 anos de independência, é um oásis de opulência e paradoxalmente nunca o novo-riquismo foi tão ostensivo como neste último ano de guerra civil que ceifou a vida a mais de um milhão de pessoas. Só nos primeiros seis meses do ano, o país gastou milhões de dólares na importação de 35 mil viaturas e a caminho vêm ou já chegaram outras centenas de luxuosos Audis e Mercedes destinados aos deputados e às diferentes sedes do poder.

"Nós morremos de fome, não temos escolas e os nossos deputados andam em carros que custam 75 mil dólares", gritava há dias em coro, um grupo de miúdos por ocasião do simpósio sobre a criança. Ironicamente as suas vozes ouviram-se na mesma sala do palácio dos congressos onde os parlamentares se reúnem para deliberar.

Não sendo a guerra a responsável por todos os males, é ainda assim o meio mais rápido que abre as portas ao enriquecimento. Boa parte das doações humanitárias é desviada para a candonga (mercado negro) em proveito dos responsáveis pelos programas de emergência. "Em Malanje são os próprios chefes que mandam vender nos mer-

cados a comida que o PAM (Programa Alimentar Mundial) envia" conta um viajante regressado da cidade.

Para se conseguir uma junta médica que dá direito a uma transferência máxima de cinco mil dólares aos doentes evacuados para o estrangeiro é preciso untar as mãos a um conjunto de funcionários para que facilitem o rápido andamento do processo. Muitos desses doentes nem chegam a sair do país trocando as divisas ou utilizando-as para um negócio de ocasião. O que também pode suceder com as viagens de serviço pelas quais se recebe uma ajuda diária de 200 dólares. Entre a nomenclatura do estado e das grandes empresas públicas trava-se uma concorrência sem quartel no bajulamento "ao camarada ministro" que autoriza a saída para o exterior.

O suborno que corrói o aparelho administrativo não poupa sequer as instituições académicas. Por alguns milhões é possível obter um certificado de habilitações falso; e passar de borla um filho de boas famílias é uma garantia para o jovem professor dispor de umas notas verdes.

Com as "casas deixadas pelos colonos" fazem-se negócios da China. Uma vivenda de quatro assoalhadas e piscina no chi-que bairro do Alvalade adquire-se ao estado pela bagatela de 30

PÚBLICO, 11 11 93

dólares (um pouco mais de 2 milhões de kuanzas e menos de cinco mil escudos) e é depois alugada a uma embaixada ou empresa estrangeira por uma renda mensal (varia entre os três e quatro mil dólares) 100 ou 150 vezes superior ao preço de compra.

Um jipe Patrol que no mercado internacional oscila entre os 25 e os 30 mil dólares, em Luanda pode conseguir-se por dez vezes menos. Para os beneficiários (o salário mínimo não é sequer dois dólares no mercado paralelo) que mesmo assim não possuem o contra-valor em moeda local a viatura revende-se antes mesmo de sair do concessionário: Sempre aparece um camanguista (traficante de diamantes) que paga o preço real ou superior ou então desmolda centenas de milhões de kuanzas ao câmbio diário das kinguilas (vendedoras de rua), o melhor barómetro da economia.

Nas agências dos bancos comerciais que regularmente ficam sem dinheiro para efectuar pagamentos elevados, os funcionários estipulam por conta própria comissões proporcionais aos valores a levantar. "Para conseguires levantar 50/100 milhões tens que ter um esquema. E já sabes que vais deixar uns quatro ou cinco milhões a

quem te facilitar. Vamos fazer como, então, se esses são os problemas que estamos com eles?" murmura um comerciante na sua pronúncia peculiar.

Neste ambiente de cortar à faca caiu como uma luva nos círculos do revirinho e não só as recentes e reiteradas acusações de Chester Crocker contra a corrupção que perpassa o poder político. E espedaçadamente correm rumores de que estaria a circular em Luanda, uma lista contendo o nome das dez figuras mais ricas do país tudo pode não passar de especulações mas como curiosamente reconhece um velho militante e deputado do MPLA "não vale a pena esconder que temos rabos de palha. Diz-se que no próximo congresso (1994) vamos lavar a roupa suja contra meia dúzia de corruptos que rebentam com a imagem deste partido. A continuar assim ainda vamos entregar isso (o governo) de bandeja à UNITA em 1996 (próximas eleições)".

Dezoito anos após a independência, Angola não enfrenta apenas o dilema de uma guerra que só nos últimos 12 meses matou um milhão de crianças, transformou outro milhão em meninos de rua, deixou fora do sistema do ensino mais um milhão e originou três milhões de deslocados, fazendo com que mais de 30 por cento dos dez milhões de angolanos tenham atingido a linha de pobreza absoluta. ■

Aguiar dos Santos,
em Luanda

LUANDA CONFIRMA MORTE DE PORTUGUESES — Três portugueses morreram no passado dia 3 em Luachimo, província do Lunda-Sul, sob o controlo da UNITA, anunciaram as Forças Armadas Angolanas (FAA). Numa nota enviada à Lusã, as FAA atribuem a responsabilidade da morte dos portugueses à UNITA. Até ontem à noite, o consulado-geral de Portugal em Luanda não tinha confirmado as mortes e referiu que a maior parte dos portugueses que se encontram nas Lundas estão concentrados a Norte. PÚBLICO, 9 11 93

EDUARDO DOS SANTOS RECEBE REPRESENTANTE DE BUTROS-GHALI — José Eduardo dos Santos, Presidente de Angola, recebe hoje, em Luanda, Alioune Beye, representante especial de Butros-Ghali, secretário-geral da ONU, com quem abordará questões relativas ao processo de paz. Prevê-se que sejam analisados temas como a ajuda humanitária a Luanda, a eventual retoma das negociações directas entre o Governo e a UNITA, assim como os resultados dos encontros que Beye manteve em Lusã com a UNITA e a "troika" de observadores do processo de paz. PÚBLICO, 10 11 93

Bispos reúnem-se em Angola

UMA CARTA pastoral será divulgada após o fim da sessão ordinária da conferência episcopal de Angola e S. Tomé, no dia 19. O encontro, que começou na sexta-

PÚBLICO, 15 11 93

feira, em Luanda, não conta com a presença dos bispos de Mbanza Congo (ex-Salvador), D. Serafim Xingo Ya Hombo e de D. Abílio Rúbas, de S. Tomé. O prelado de Mbanza Congo, zona ocupada pela UNITA, é o único bispo que desde o reinício dos confrontos em Angola não participou em nenhuma sessão da conferência episcopal. ■

Nelson Mandela promete Governo sul-africano com todos

O LÍDER do ANC, Nelson Mandela, disse ontem a um grupo de homens de negócios indianos e brancos que no próximo Governo da África do Sul, provavelmente sob a responsabilidade do seu partido, poderão sentar-se lado a lado o general Constand Viljoen, da Frente Popular Afrikaner, o chefe dos conservadores, Ferdi Hartzenberg, e o actual Presidente da República, Frederik de Klerk. Até mesmo Buthelezi terá lugar no Governo a formar após Abril de 94, se o Inkatha conseguir ao menos cinco por cento nas eleições, esclareceu Mandela, que na véspera atacara fortemente De Klerk e dissera que o Partido Nacional já pouco significa para a maioria da população sul-africana. ■ PÚBLICO, 15 11 93

A greve mais longa em S. Tomé

PÚBLICO, 15 11 93

SÃO TOMÉ e Príncipe vive a mais longa greve da sua história, com o movimento reivindicativo dos funcionários da Justiça. Trata-se de uma greve que entra hoje no 11º dia e que está a embaraçar o Governo de Norberto Costa Alegre perante uma oposição que já reclama a sua demissão, denunciando "as violações dos direitos humanos resultantes da paralisia dos tribunais". Os 60 funcionários tribunais nacionais pedem aumentos de 300 por cento e ameaçam manter a greve até Janeiro. ■

Os esquemas da sobrevivência

EXPRESSO, 13.11.93

Refinaide Chilesque correspondente em MAPUTO

AS SUCESSIVAS guerras que desde 1964 se fazem sentir em Moçambique, aliadas à má gestão dos recursos disponíveis e persistência de condições climáticas adversas, destruíram quase toda a riqueza do país, incluindo, quase se poderia dizer, a dignidade dos moçambicanos e elevaram extraordinariamente o custo de vida considerado o mais baixo do mundo.

Com salários miseráveis, que mal dão para sobreviver, quase ninguém vive à base do seu vencimento mensal, muitos nem emprego possuem, e mais de 90 por cento dos residentes nas zonas urbanas do país, vendem qualquer coisa. Nos locais de trabalho o ditado africano «o cabrito pasta onde está amarrado» (o trabalhador rouba onde está empregado) é rigorosamente observado.

O quadro torna-se mais feio e desolador quando se sabe que entre Novembro deste ano e Maio de 1994 o efectivo de desempregados em Moçambique vai sofrer um dramático incremento, com o início do processo de desmobilização de cerca de 200 mil homens excedentários das Forças Armadas do Governo, da Renamo e das diversas forças irregulares e para-militares. Muitos destes futuros desempregados são analfabetos ou possuem um nível de escolaridade inferior às exigências do mercado laboral, sabendo apenas disparar, como profissão.

Muitos dos militares também «pastam» onde estão «amarrados». E o quê, no seu caso? Armas e munições, evidentemente. Fala-se de mais de um milhão de armas ligeiras «desaparecidas» em Moçambique. Diariamente são denunciados casos de oficiais, soldados, desertores e milícias das forças governamentais detidos por suspeita de assalto à mão armada e envolvimento no tráfico e venda de armas dentro e fora do país.

Por enquanto, a luta pela sobrevivência faz com que muitos moçambicanos, especialmente em Maputo, procurem alternativas noutras zonas do país, para fazer face ao pesadíssimo custo de vida em que Moçambique está actualmente mergulhado.

Há quem lute pela sobrevivência, mas também muitos «se viram» não apenas para sobreviver, mas para «viver de verdade». Altos funcionários governamentais, incluindo o Presidente da República que constituiu a empresa Malehice — Desenvolvimento Rural Irmãos Chissano, Lda (Madricil), associam-se a empresários locais para fundação de empresas, para explorar uma frota de «chapas» — transporte semi-colectivo de passageiros — para abrir uma «barra» (pequeno quiosque) ou um restaurante, um «import-export». Podemos também ver o guarda-nocturno que vende cigarros avulso à porta da instituição onde trabalha, a dona de casa e filhos a venderem no mercado «paralelo» de Mandela, no Xipamanine ou no Xiquelene, a adolescente e a aparente pacata senhora que «faz a vida» na Avenida 24 de Julho ou na Julius Nyerere.

Os exemplos não faltam. O funcionário da Administração do Parque Imobiliário do Estado (organismo responsável pelo aluguer pelas casas nacionalizadas após a independência) normalmente «facilita» o «negócio de chaves» — entrega de casa alugada pertencente ao Estado a inquilinos de nível económico mais elevado, em detrimento de outros mais desfavorecidos, supostamente em troca de material de construção ou casa alternativa, que quase nunca chega a existir. A enfermeira que desenrasca algumas drogas no Hospital Central de Maputo ou no Hospital Militar da capital. O piloto ou a hospedeira das Linhas Aéreas de Moçambique que organiza vídeo-clube «pirata» em casa, graças à facilidade de constantes saídas para o exterior.

José Estêvão, 40 anos de idade, natural de Inhambane, pai de cinco filhos e vivendo maritalmente com duas mulheres, é um desmobilizado das Forças Armadas de Moçambique (FAM), a que ele orgulhosamente chama «efe pé éle éme» (FPLM — Forças Populares de Libertação de Moçambique) às quais deu grande parte da sua juventude, diz que prefere «desenrascar» legalmente, e passa a vida na estrada, efectuando constantes viagens de um extremo ao outro do país.

Afirma que fora da cidade de Maputo, juntamente com as esposas, e o «Zito», seu filho mais velho, compram diversos produtos para revenda na capital. «Compramos toda a gama de animais de pequeno porte, mandioca, bebidas diversas de fabrico caseiro, amendoim, etc.»

Afirma que um cabrito adquirido em Tete, noroeste de Maputo, pode render-lhe mais de 150 mil meticais (cerca de cinco contos), o que em Moçambique é uma pequena fortuna.

Para ele, é preferível praticar este tipo de actividade porque lhe garante uma sobrevivência condigna e honesta «Conheço muitos dos meus antigos colegas da tropa que passam a vida a 'bisnar' (vender) armas na estrada ou na cidade para ganhar dinheiro, mas julgo isso muito arriscado, para além de que é uma actividade desonesta e criminosa».

José Estêvão, com apenas a quarta classe, não arranjou emprego na capital, última paragem como membro das FAM. O seu filho «Zito» tem 15 anos, na escola é considerado adulto e sem direito a frequência no curso diurno. Receia estudar à noite por causa dos «ninjas» (bandidos) e quando procura emprego ou diz que é menor ou rejeitam-no por falta de qualificação académica. Possui apenas a sexta-classe.

Hilário Vasco Miambo é um jovem recém-regressado da extinta República Democrática Alemã (RDA), diz aos seus confidentes que nada tem a ver com política, mas aderiu à Renamo depois de várias tentativas fracassadas para encontrar emprego na capital. Hoje leva uma vida razoável com direito a um carro novinho em folha. É considerado um dos «rapazes mais diligentes» pelos seus chefes do Hotel Cardoso.

Os desenrascos, manter-se-ão por muito tempo. E os moçambicanos lá vão, com o seu bom humor, fazendo a vida «de qualquer maneira», como muitos respondem à saudação «como vai a vida?». Até já bebem os «capacetes azuis», uma bebida nova feita à base de melancias.

NOTÍCIAS AFRICANAS é uma publicação do Centro de Estudos Afro-Asiáticos, do Conjunto Universitário Candido Mendes. Edição: Equipe do Programa de Estudos Africanos (Beluce Bellucci, Edson Borges, José Maria Nunes Pereira, Marcelo Bittencourt e Roquinaldo Amaral Ferreira). Apoio: Fundação Ford. Produção Gráfica: Hamilton Magalhães Neto (coordenação); Williams Neto (arte-final); Gicélia da Conceição e Sônia Maria (composição). Assinatura, correspondência e pedido de números atrasados devem ser encaminhados à (Subscriptions, correspondence and request for back issues made payable and addressed to): Sociedade Brasileira de Instrução — Centro de Estudos Afro-Asiáticos — Rua da Assembléia, 10/Conj. 501 — CEP 20119-900, Rio de Janeiro, RJ, Brasil — Tel. (021)531-2000/R. 259 e 531-2636, Fax (021)531-2155. — Assinatura anual: Instituições internacionais: US\$ 250.00; Instituições nacionais: US\$ 200.00; Pesquisadores: US\$ 100.00 (Dólar comercial). We ask exchange.

I M P R E S S O